



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

COMUNICADO

UMA MUDANÇA DE FUNDO NA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL CONSAGRAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL PARA OS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Principais Considerações:

- **Consagração de princípios democráticos elementares:** *Reversão da prática de exclusão dos militares da concertação social, impedindo a sua representação democrática.*
- **Disparidades salariais, profunda degradação das condições de trabalho para o exercício da profissão militar e falta de investimento nas Forças Armadas:** *Resultado de um consenso político que remonta às mudanças constitucionais dos anos 80.*
- **Implementação urgente de medidas:** *Revogação de cobranças indevidas e restauração de direitos como sinais de reconhecimento pelo exercício da profissão militar.*
- **Atualização dos paradigmas políticos:** *Urgência para evitar a perda de relevância das Forças Armadas perante um contexto de instabilidade internacional.*
- **Gestão das Forças Armadas e desafios atuais:** *Alertas sobre prejuízos nos vencimentos e déficits na manutenção de infraestruturas e equipamentos, com riscos cada vez mais assinaláveis para a integridade dos militares e no cumprimento adequado das missões das Forças Armadas.*

A recente polémica sobre as gritantes diferenças remuneratórias entre forças de segurança – PJ, PSP, GNR – e destas para as Forças Armadas, com constante prejuízo para os militares, não é o resultado de uma política pontual do atual governo: é fruto de uma prática reiterada entre os partidos do arco governativo, onde PS e PSD são os maiores responsáveis.

Esta política remonta às mudanças constitucionais dos anos 80 e, de forma mais consistente, à governação dos XI e XII Governos Constitucionais (1990 a 1995), através do então Ministro da Defesa Nacional, que deu o mote, ainda mantido, para a Política de Defesa Nacional: défice de financiamento e constante desvalorização salarial das Forças Armadas. Ou seja, esta é uma receita nociva com mais de 30 anos, mas que, desde então, todos os governantes parecem apreciar!!! No essencial, a política de Defesa



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

Nacional praticada promove a degradação de equipamentos, instalações e a desmobilização do pessoal, perante o beneplácito, quietação ou incapacidade das Chefias Militares.

Ainda que, o trabalho e o cumprimento de determinadas missões seja muito elogiado em palavras de circunstância, a desvalorização perene da carreira militar, quando comparada com as forças de segurança e outras carreiras da administração pública que eram a sua referência – justiça e ensino superior – e a manutenção de um quadro de subfinanciamento, com consequências indisfarçáveis e complexas, assumem hoje uma relevância maior, uma vez que o contexto de instabilidade internacional, com as guerras e conflitos atuais, e a crise política interna, a que acrescem as dificuldades económicas e sociais da sociedade portuguesa, com acentuados tons de fim de regime, tornam ainda mais evidentes os riscos que tal mote encerra. Hoje, talvez como nunca antes, está colocada em causa a consistência das Forças Armadas Portuguesas, conforme a Constituição atual as define, por atos de governação que as destroem ou as tornam mínimas e inoperacionais, ou seja, irrelevantes e estéreis.

Quando os chefes militares, que são escolhidos por governantes distantes dos interesses diretos da Defesa Nacional que vivem focados somente em objetivos pessoais e políticos, têm de vir a “terreiro” alertar para a insustentabilidade a que chegaram os Ramos das Forças Armadas, com manifestas dificuldades para cumprir as suas missões, que os obriga a assumir riscos impensáveis e a exigir aos poucos militares das fileiras sacrifícios contínuos e impossíveis de perpetuar, estamos perante sinais mais que evidentes da urgente necessidade de mudar este paradigma político. De facto, os militares não podem ficar indiferentes. É seu dever, antes demais, de dar conhecimento público desta situação, demasiado arriscada para a Soberania Nacional.

Assinala-se ainda que a este paradigma político, a este modo de governar a Defesa Nacional, esteve e continua a estar associada, por parte do poder político, a menorização cívica dos militares, sem consagração constitucional, mas de patente e reiterada e insistente prática governamental. Entre tanta desorientação e incompetência, é “só” mais uma vergonha nacional praticada por governantes despudorados e impreparados que, a par da política ruinosa acima descrita, torna a situação atual num iminente colapso.

Os sucessivos praticantes desta política de Defesa Nacional, cuja falência é hoje inegável, quando reiteradamente excluem os militares do fórum da concertação social, da representação e negociação coletiva e da discussão da concretização dos aspectos sociais da política de Defesa Nacional, demonstram que, apesar



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

do consagrado na Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto, se interpretada no sentido mais democrático do termo, impera uma visão medíocre ou, quiçá, medrosa, sobre a possibilidade dos militares participarem ativamente na definição dos seus destinos pessoais, o que, passados tantos anos, só pode ser fruto de uma má formação cívica e democrática, em cujo acaso já não tem lugar.

Aos estarem vedados à concertação social e ao exercício de outros direitos constitucionais, como se consagram para os demais cidadãos portugueses, da administração pública ou do privado, os militares não veem atendidas as suas justas e devidas aspirações e reivindicações que, ao contrário do que muitos possam pensar, estão muito longe de se esgotar na revisão da sua tabela salarial de base.

A título de exemplo, um sinal claro de mudança, que tem tanto de justo como de fácil, mas que continua por realizar, diz respeito às promoções dos militares, com correspondente vencimento devido à data da promoção, independentemente do momento da sua efetivação. Com uma Troika de má memória para tantos portugueses, e com a leitura enviesada de que as promoções dos militares carecem de autorização especial do Ministro das Finanças – por via do decreto-lei de execução orçamental e que os governantes não deixaram de praticar – os militares não têm consagrado este direito, situação que todos, sem exceção, esperam, desde ontem, ver alterada por norma estatutária.

Um outro sinal de efetiva preocupação com a carreira militar, que encontra respaldo num alerta do Tribunal de Contas, será a alteração da cobrança de 14 para 12 meses nas prestações para o ADM/IASFA, bem como, o direito de opção à subscrição desses serviços, que inconstitucionalmente é negado aos militares das Forças Armadas, e se constitui num esbulho inaceitável e que subverte os princípios consagrados na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar. Também aqui, todos os militares, sem exceção, esperam a revogação desta cobrança imposta e cuja legalidade é dificilmente defensável.

Acresce que é bem conhecida a posição da AOFA sobre esta matéria (ADM/IASFA), ao reivindicar inequivocamente a eliminação de qualquer desconto para este subsistema de saúde.

Em síntese, a consagração legal de direitos de concertação social, negociação e representação coletiva, a assunção de um orçamento de Estado que comporte uma melhoria efetiva das condições de vida dos militares e das suas famílias, uma política orçamental que permita ultrapassar o défice crónico de manutenção de infraestruturas e do material militar e uma política efetiva de defesa da indústria de Defesa Nacional e das capacidades industriais instaladas mostra-se crucial quanto à Soberania Nacional e à melhoria real da carreira militar.



AOFA

ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS
DAS FORÇAS ARMADAS

Se nada mudar, continuaremos a assistir à debandada das fileiras, mesmo mediante o pagamento de duvidosas e imorais indemnizações, deixando na carreira generais e almirantes que acreditam que a estrutura política os considera, mas sem condições para o exercício do comando e para cumprir com os deveres militares e, pior, demasiado próximos dos negócios e negociatas pouco transparentes que se realizam na esfera da Defesa, mas cuja lama a todos atingirá, sem poupar a imagem das Forças Armadas.

A AOFA manter-se-á totalmente empenhada na mudança e continuará a lutar pelo objetivo maior da sua existência: dignificar os militares, combatendo com tenacidade pelos seus legítimos Direitos e Expectativas bem como os dos seus familiares, pugnando por melhores condições de atratividade e respeitabilidade para os homens e mulheres que escolheram servir Portugal se necessário com o sacrifício da própria vida e denunciando e alertando todos aqueles que, entre atos de ilusão e manobras dilatórias, querem crer que a melhoria de rancho e planos ministeriais esdrúxulos poderão ser panaceia para um problema estrutural das Forças Armadas portuguesas que a todos pode afetar.

Trafaria, 11 de dezembro de 2023

O Presidente do Conselho Nacional

António Augusto Proença da Costa Mota

Tenente-coronel